



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 65ª
(SEXAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 16 DE AGOSTO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, nobre Secretário Deputado Prof. Reginaldo Veras. Tendo em vista que está acontecendo uma reunião na Presidência e estando no plenário o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Delmasso e o Deputado Agaciel Maia, não há *quorum* neste momento para o início dos debates.

Eu vou suspender a sessão por dez minutos para que se possa completar o *quorum* e assim iniciarmos os nossos debates.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h03min, a sessão é reaberta às 17h11min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a sessão, tendo em vista que alcançamos *quorum*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros, pelo PSDB. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste horário de liderança eu quero falar de dois assuntos. Primeiro eu quero falar de um assunto que continua em voga: a questão das chamadas organizações sociais.

Hoje nós tivemos reunião do Colégio de Líderes. A reunião foi ampliada, pois estavam presentes cerca de quinze Deputados e contamos com a presença do Secretário de Saúde, Dr. Humberto, que levou a reivindicação da Secretaria de Segurança no sentido de liberarmos emendas parlamentares para a saúde. S.Exa. também apresentou e sustentou a ideia das organizações sociais.

O governo, agora, está baseado numa pesquisa – eu acho que o governo está mal, ao se basear nessa pesquisa – de que 60% da população estariam de acordo com as organizações sociais. Primeiro, essa pesquisa é furada. Depois da campanha massiva e maciça feita pelo governo, dizendo que as organizações sociais são idênticas ao Hospital Sarah Kubitschek ou ao Hospital da Criança, eu imaginava, Deputado Delmasso, que 100% da população estaria a favor. Portanto, 60% está pouco.

Eu também tive acesso a uma pesquisa feita pela *Vox Populi*, na época do Governador Agnelo. A população criticava muito a saúde pública do Distrito Federal, mas na verdade 80% das pessoas que criticavam nunca tinham ido a um hospital público. Criticam sem saber o que é.

Eu tive oportunidade de dizer ao Secretário, há pouco, que sou contra as organizações sociais porque por onde elas passaram deixaram rastro de destruição. Não podemos aceitar passivamente, aqui no Distrito Federal, essa ideia de organizações sociais. O que está faltando na saúde pública do Distrito Federal é só gerenciamento. Não estão faltando servidores. Não é verdade que estão faltando servidores. Falta realocar esses servidores, afinal de contas o Governador Agnelo contratou mais de 15 mil servidores para a saúde pública do Distrito Federal.

Na quinta-feira, eu aproveito agora a oportunidade de comunicar que vamos realizar nesta Casa uma comissão geral, quando a sessão deliberativa se transforma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

em comissão geral. Estamos convidando especialistas, o próprio Secretário da Saúde, estamos convidando a população e as entidades representativas de servidores para discutir a questão das organizações sociais na quinta-feira. Eu espero que este plenário e as galerias estejam lotados e também espero que o Secretário compareça, pois vamos fazer um amplo debate a respeito disso.

Dito isso, eu quero levantar o segundo ponto, Deputado Prof. Reginaldo Veras. V.Exa., como eu, somos da Ceilândia. Nós sabemos as necessidades daquele povo. Eu confesso a V.Exa. que estou assustado com a truculência da Agefis no que tange, Deputado Delmasso, aos pequenos comércios daquela cidade. Aquele povo não tem dinheiro para fazer propaganda das lojas em televisão, não tem dinheiro para fazer propaganda em rádio, não tem dinheiro para fazer propaganda em canto nenhum. Qual o meio de comunicação deles? Uma plaquinha na porta da loja, dizendo que a loja existe.

O que está fazendo a Agefis? Indo lá e aplicando uma multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), dando prazo para que eles retirem a placa, sob pena de a multa ficar maior. Portanto, aterrorizando a vida daqueles comerciantes da Ceilândia, o que é um absurdo.

Eu já cientifiquei o Governador Rodrigo Rollemberg, que precisa tomar providência. Se não, Deputado Delmasso, ele vai ter todos os comerciantes da Ceilândia contra ele, porque é um absurdo o que está sendo feito. É um negócio truculento, uma coisa sem lógica, sem fundamento, sem nexos e sem eixo. Não pode estar perseguindo, da maneira que está perseguindo, quem ainda ousa continuar gerando emprego no Distrito Federal.

Espero que o Governador escute, ouça e tome providência para cessar essa truculência que está acontecendo.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, em relação ao primeiro tema abordado por V.Exa., eu também já me manifestei publicamente contrário à implantação de organizações sociais no sistema de saúde do Distrito Federal. Porém, além de nos posicionarmos contrários, fomos em busca de soluções.

Eu tive uma reunião recente com o Conselho de Saúde do Distrito Federal, que tem um papel importante, inclusive na definição da gestão da saúde no Distrito Federal. O Deputado Ricardo Vale tem atuado com muita intensidade nesse tema. Na quarta-feira, na reunião ordinária da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, o Conselho de Saúde do Distrito Federal apresentará propostas para a melhoria da saúde do Distrito Federal, a partir de um estudo sério que eles fizeram como forma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

de minimizar os impactos dos problemas da saúde. Não há necessidade de implantação de organizações sociais.

A imprensa já está convidada para a reunião ordinária de quarta-feira da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Boa parte da reunião será destinada ao Conselho de Saúde, para apresentar essas propostas. Convidaremos também o Secretário de Saúde, o próprio Secretário Chefe da Casa Civil, e quem mais puder vir. São propostas de especialistas e dos representantes dos vários segmentos que envolvem a saúde do Distrito Federal. V.Exa. também já está convidado.

Fiz questão de pedir para isso acontecer já na quarta-feira, para que haja embasamento para a comissão geral que V.Exa. convocou para a quinta-feira.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Inclusive, Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa. faz parte da convocação da comissão geral de quinta-feira. V.Exa. estará compondo a Mesa como integrante da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Eu fico muito feliz, Deputado Prof. Reginaldo Veras, com a declaração contundente de V.Exa. – são os dois Deputados da Ceilândia –, que mais uma vez ratifica: OS não, queremos gestão na saúde pública do Distrito Federal.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela, pela liderança do Bloco Brasília em Evolução. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro, pela liderança do Bloco Popular Solidário Social.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uso da palavra, se eu puder ser o próximo, porque estou pontuando uns itens que eu gostaria de destacar.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – OK.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Bloco Juntos por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, venho hoje a esta tribuna tratar de dois assuntos.

O Deputado Chico Vigilante abordou um deles, é sobre a Agência de Fiscalização do Distrito Federal. Quero começar falando sobre o que Brasília está vivendo hoje e está vendo hoje. Refiro-me às derrubadas que aconteceram no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Altiplano Leste, ali no Condomínio Quintas da Alvorada e em outros condomínios, ali no Jardim Botânico.

Todos sabem meu posicionamento em relação a essa questão. Não sou favorável a grileiro nenhum, não sou favorável a invasão de terra, não sou favorável a quem queira vilipendiar o patrimônio público, mas acredito que o Estado ou o governo que se estabelece pelo voto democrático... A gente sabe que existe, Deputado Raimundo Ribeiro – V.Exa. é do meio jurídico e conhece –, uma frase em latim que diz: *Dura lex, sed lex*. Essa frase significa: A lei é dura, mas é lei. No entanto, a lei para ser executada, precisa de pessoas, e pessoas têm sentimentos, pessoas têm sonhos, pessoas têm projetos. O Distrito Federal vive atualmente uma das maiores crises financeiras desde 1930. Nunca se viu na história do Distrito Federal uma crise orçamentária e financeira como nós estamos vivendo. Categorias têm tido atitude e têm reivindicado o direito legítimo de pedir aumento, mas o Estado, infelizmente, com a crise financeira em que estamos vivendo, não está podendo conceder esse aumento.

Eu acredito que uma das saídas para aumentar a arrecadação do Distrito Federal não é fazer derrubadas de casas, é, sim, a regularização fundiária de todos os condomínios, sejam eles no Jardim Botânico, no Vicente Pires, no Sol Nascente.

Obviamente, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é necessário que se bote um marco temporal, porque nós não podemos, o Estado não pode, na realidade, Deputado Rafael Prudente, “agraciar” aquela pessoa de má fé, que vai utilizar uma informação sobre regularização e vai grilar áreas. Nós não podemos permitir isso. Obviamente, as pessoas de má fé precisam responder pelas suas atitudes, mas há famílias que agiram de boa-fé. A política habitacional não foi definida aqui. Não estou falando deste governo, estou falando de diversos governos que não definem políticas habitacionais para as diversas classes, as classes B, C, D e E, que, muitas vezes, veem o sonho da sua casa própria sendo realizado naquele momento.

Hoje, o nosso bloco Juntos por Brasília esteve com o Governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg para falar sobre essa questão. Um dos assuntos de que nós tratamos foi a derrubada de casas ali no Altiplano Leste. A informação que ele nos passou e que eu gostaria de repassar é que existe uma decisão judicial transitada em julgado, que determina a derrubada daquela área. Existe, além disso, uma recomendação do Ministério Público para que se faça a derrubada daquela área, tendo em vista que o crescimento que ocorreu ali desde 2007 ou 2008, logo após a assinatura do TAC 02, ultrapassou os limites estabelecidos naquele TAC feito pelo Ministério Público.

Eu entendo o papel do Ministério Público ao recomendar e entendo até mesmo o papel da Justiça ao dar essa decisão, mas acredito que o governador e o governo precisam ter sensibilidade para verificar que o que está empenhado ali não é, Deputado Raimundo Ribeiro, não são, na realidade, projetos que não têm



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

sustentação, mas são sonhos, são casas, é habitação de família! Muitas pessoas venderam tudo o que tinham para construir as suas casas naquele lugar.

Não sou advogado, não faço o exercício do direito, mas tenho certeza de que, dentro do Direito, uma das matérias que ensinam é a mediação e a negociação. Acredito, portanto, que, em vez de derrubarmos, em vez de o Estado derrubar, em vez de a força do Estado, vamos dizer assim, fazer a derrubada daquelas casas, Deputado Raimundo Ribeiro, que já estão estabelecidas, que já estão com moradores que fizeram seus investimentos lá dentro, poderiam tentar a regularização. Não estou me referindo àquelas que estão com a construção apenas iniciada ou até mesmo àquelas que estão entrando no processo agora. Eu acredito que poderia haver a sensibilidade dos magistrados, dos promotores para se forçar um processo de regularização fundiária no Distrito Federal. Até quando vamos viver esse terror? Não estou falando de Governo A, B, C ou D, porque ocorreu derrubada neste governo, no governo anterior, no governo que antecedeu o governo anterior. As derrubadas sempre aconteceram. O que se traz a esta tribuna é a necessidade de regularizar.

Hoje estamos vivendo um problema financeiro e, na minha avaliação, a saída é a regularização fundiária do Distrito Federal, que, além de aumentar a arrecadação do Estado, vai botar um freio definitivo na grilagem de terra no DF! E aí, quero pedir aos nossos amigos parlamentares que possamos discutir, debater! O que a Câmara Legislativa pode fazer para impulsionar a regularização fundiária no Distrito Federal, para que possamos colocar uma pedra definitiva para acabar com o medo nesta cidade?

Se houver essa definição, Deputado Prof. Reginaldo Veras, obviamente quem não obedecer à lei vai ter que responder por isso, vai ter que responder pela desobediência, mas aqueles condomínios que já são edificados, que já são consolidados, precisam ser regularizados. Aqueles condomínios que já estão consolidados, que a lei determina que podem ser regularizados precisam ser regularizados o mais rápido possível. O PDOT já determinou o que pode e o que não pode ser regularizado. Então, aquilo que pode ser regularizado, que se regularize, porque isso aumenta a arrecadação, Deputado Raimundo Ribeiro. A partir daí, vamos poder fazer um debate nesta Casa não sobre o caos financeiro, mas sobre onde podemos investir, em que vamos avançar!

Eu tenho visto o Secretário da Segeth se empenhar para fazer essa regularização, mas acredito, Deputado Chico Vigilante, que não é necessário somente o empenho de uma, de duas ou de três pessoas do governo, é necessário que se faça uma força-tarefa em todo o GDF. A Câmara Legislativa, o Governo do Distrito Federal com os seus diversos órgãos, precisa colocar como pauta principal a regularização fundiária das áreas do Distrito Federal. E mais, precisamos definir uma política habitacional. Brasília precisa ter uma política habitacional definida.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Quero aqui citar o governo anterior, que começou a executar uma política habitacional. O Governador Agnelo começou a executar uma política habitacional com o Minha Casa Minha Vida. Nós precisamos dar continuidade a isso. Obviamente, isso deverá ocorrer com seriedade, dentro da legalidade; e, acima de tudo, dando essa esperança às pessoas. Não podemos, Deputado Rafael Prudente, deixar que os sonhos das pessoas sejam derrubados por um trator. Obviamente, grileiro – usei esta tribuna diversas vezes para repetir isso – tem que estar na cadeia. Quem comete crime tem que ser preso, tem que estar na cadeia, mas é necessário que o Distrito Federal estabeleça uma política clara de regularização não só dos condomínios, mas de todas as áreas que precisam ser regularizadas no Distrito Federal.

O Governador começou a fazer esse trabalho, já começou a entregar algumas escrituras em São Sebastião, já começou a fazer a regularização do Porto Rico, do Bernardo Sayão e do Sol Nascente, mas precisamos avançar mais, precisamos ir adiante. Precisamos, na realidade, agilizar para que todas as áreas em regularização no Distrito Federal possam ser regularizadas, para se colocar paz no coração daqueles que têm o sonho da casa própria. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro pela Liderança do Bloco Popular Solidário Social.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Popular Solidário Social. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Deputados e todos os presentes nessa sessão.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de iniciar minha fala aqui abrindo aspas para uma manifestação que aconteceu em 2014, Deputado Chico Vigilante:

“(...) eu fiz questão de (...) visitar os outros condomínios (...) com a da Estância Quintas da Alvorada, que é o Minichácaras e o Privê. Não é assim que as coisas serão resolvidas. As coisas serão resolvidas com responsabilidade e com bom senso. (...) O problema é que parte dos problemas (...) Porque falta o governo. (...) no Distrito Federal, e as pessoas gastam um ano para conseguirem um alvará de funcionamento, gastam mais vários anos para conseguirem uma licença de construção e, muitas vezes, não conseguem, a menos que paguem propina. É o mesmo que acontece hoje em relação à regularização dos condomínios. Nós temos muitos condomínios no Distrito Federal que já poderiam estar regularizados, porque a lei já garante todo o processo de regularização e, em função da ineficiência administrativa ou da falta de vontade política, eles não foram regularizados. Essa aqui, eu posso garantir a vocês que nós não vamos ensejar derrubada de casa nenhuma. Está aqui. Isso tem de ser regularizado, é óbvio que tem. É questão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

bom senso. (...) eu tenho autoridade (...) para construir alternativa adequada que represente esse bom senso, que permita a regularização desses condomínios – e estou me referindo a este aqui também, ao Privê, ao Minichácaras (...) Eu acho que o que a gente precisa ter é uma capacidade de liderança, é a vontade política, a capacidade de diálogo para fazer com responsabilidade. (...) Não é muito mais inteligente fazer isso de forma ordenada e de uma forma legal? É claro que é. Então, são esses instrumentos que nós vamos buscar, que nós vamos fazer. (...) e é esse o compromisso que eu quero assumir com vocês”.

Presidente, essas palavras eu endosso, mas não são minhas. Essas palavras são do então candidato Rodrigo Rollemberg em um vídeo que está circulando na cidade inteira e foram proferidas lá no Condomínio Estância Quintas da Alvorada, que, neste momento, está sendo alvo de derrubada. Por que eu levantei isso aqui? Aí, eu quero dar crédito ao Portal MetrÓpole. Foi a jornalista Mirelle Pinheiro quem veiculou essa notícia.

Parece estranho que o então candidato e hoje Governador Rodrigo Rollemberg tenha dito, lá no Estância Quintas da Alvorada – não foi em qualquer outro, não, foi lá no Estância Quintas da Alvorada, onde S.Exa. está promovendo a derrubada agora –, que lá era possível regularizar, que faltava bom senso, que quem não quer regularizar é porque quer receber propina. Isso tudo foi dito por S.Exa. Está aqui. Agora, S.Exa. pratica esse ato. Eu gostaria de saber aqui – e aí temos pessoas que estão na Base do governo para nos dizer – quando é que S.Exa. esteve mentindo: foi lá ou cá? Foi lá em 2014 ou S.Exa. está mentindo é agora, desrespeitando as pessoas?

Agora, meus amigos, não há ninguém que possa falar que esta Casa não quer a legalidade. Nós queremos a legalidade, mas a legalidade não existe só. Ela é instrumento de se fazer justiça. E o Governador, se não sabe, deveria saber que a legalidade, todos nós defendemos, mas nós não defendemos a legalidade para se praticarem injustiças. E é essa a injustiça que se faz.

Acabo de vir de uma assembleia da Polícia Civil do Distrito Federal, Deputado Chico Vigilante, em que todos os servidores, todas as categorias – papiloscopistas, peritos, delegados, médicos legistas – estão entregando seus cargos como uma forma de mostrar ao Governador que precisam de uma solução para esse problema que S.Exa. mesmo criou.

Eu estou dizendo isso, Deputado Chico Vigilante, Deputado Julio Cesar, por uma razão muito simples: o Governador é uma unanimidade no Distrito Federal. Esse homem consegue brigar com todas as categorias do serviço público, consegue aumentar o desemprego no Distrito Federal, consegue desagradar o setor produtivo e, para culminar, ainda sai falando, de uma audiência que teve com o Presidente Michel Temer, o que o Presidente não falou. Meu Deus! Realmente, nós estamos caminhando a passos largos para um ato que pode até resolver no primeiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

momento, mas que vai se tornar algo muito ruim para o Distrito Federal, que é a cassação da sua capacidade política, que é a federalização da área de segurança pública.

Voltando à questão dos condomínios, eu quero que fique muito claro que esse discurso feito pelo então candidato Rodrigo Rollemberg... Nós já não pedimos competência, porque isso nós já vimos que esse governo não tem. Nós pedimos aqui que S.Exa., no mínimo, cumpra a palavra que S.Exa. deu àqueles moradores. Aqueles moradores votaram em S.Exa. porque acreditaram naquilo que S.Exa. foi lá dizer. S.Exa. não estava obrigado a dizer a ninguém que iria regularizar, mas S.Exa. foi lá voluntariamente e conquistou os votos das pessoas que estavam lá com esse discurso, o que evidentemente mostra que houve um estelionato, que S.Exa. praticou um estelionato, enganou as pessoas para conquistar a confiança delas.

Eu não gosto muito de fazer crítica sem apresentar sugestões. Eu acho que todos nós... E aí é pelo compromisso com Brasília, não é com esse governo que está aí. Existe solução para isso. A solução é muito simples: o governo paralisa, neste momento, qualquer ato de força, como ele está praticando, e, havendo sossego, colocam-se, em três, quatro dias, as pessoas para conversarem. E daí, certamente, sairá a solução, será construída uma solução, Deputado Chico Vigilante.

É possível essa solução, ainda mais numa área que, segundo a própria TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, tende a ser regularizada ano que vem. Então, existe solução. O governo está sendo alertado para isso, mesmo sem querer, porque ele não gosta de ouvir. Mas aqui, quando falamos na tribuna, ele é obrigado a ouvir. É necessário que o governo tenha um surto de bom senso e possa ouvir que é possível resolver o problema sem causar essa desgraça toda que ele está causando ao Distrito Federal.

Eu gostaria até de relembrar ao governo – e nós temos vários Parlamentares que apoiam o governo e podem lhe levar essa mensagem – que o político só tem um patrimônio. O patrimônio dele não é econômico, não é material. O patrimônio que nós temos, Deputado Wasny de Roure, é a nossa palavra. Quando nós não somos mais acreditados, quando nós somos pegos na mentira, aí realmente ninguém mais quer conversar conosco.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, permita-me agregar algumas colocações às que V.Exa. está fazendo. A exemplo de V.Exa., também estive na assembleia da Polícia Civil, que, diga-se de passagem, foi bastante concorrida. Em seguida, fui à assembleia dos delegados. Realmente votaram e foi quase que unânime a entrega dos cargos da Polícia Civil. Isso acontece em “n” áreas, não só nas delegacias. Foi o que ouvi antes da votação. Não estive presente durante. O próprio diretor da Polícia Civil, Dr. Eric



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Seba, estava lá, a exemplo do Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Wellington Luiz, Deputado Laerte Bessa e Deputado Renato. Foi praticamente por unanimidade. Para ser muito sincero, eu realmente não vi um voto contrário. Apenas mais para resguardar a precisão da informação, só para V.Exa. sentir o clamor. Há um quadro, sobre o qual conversei com alguns, nunca visto. Nem mesmo na época do Governador Cristovam, chegou-se a um clima tão tenso, preocupante, como o que estamos vivenciando.

Eu não consigo vislumbrar se o óbice é só de natureza orçamentária e financeira, porque o Governador Rollemberg, ao dizer que tem dificuldades... O Brasil vive uma dificuldade multiplicada em relação a Brasília e nem por isso o Presidente Temer deixou de encaminhar o projeto de lei que tinha sido negociado com a Presidenta Dilma. Ele nem se utilizou do fato da interinidade e disse: "Não vamos esperar". Ele reconheceu a legitimidade. O grande paradigma desse segmento é o da isonomia.

Veja que, simultaneamente a esse processo – V.Exa., que vem da magistratura... A questão da magistratura hoje está sendo discutida para efeito de teto. V.Exa. sabe perfeitamente disso. Há um projeto discutindo o teto lá.

Essa é uma questão extremamente relevante, altamente sensibilizadora. E nós somos, de certa forma, uma caixa de ressonância, porque o governo poderia, neste momento em que prepara as emendas, junto ao Congresso Nacional, no que diz respeito a Brasília, canalizar os recursos prioritariamente para investimentos aqui na segurança e liberar o que está no Fundo Constitucional para o custeio de pessoal.

A gente não consegue perceber qual é a linha de raciocínio. Talvez o governo esteja preocupado com a questão da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. É razoável que se preocupe. É uma outra pauta, que terá de ser discutida no momento adequado. Ocorre que é um cenário de resgate da Polícia Militar que precisa ser feito e não passa somente pela área salarial. Eles querem uma reestruturação da carreira. Esse processo envolve vários ingredientes, é um tema específico, diferenciado, que precisa ser feito.

Por último, eu também não poderia deixar de cumprimentar V.Exa. pelo trabalho que está sendo feito com relação à regularização dos condomínios, principalmente das instâncias. Acredito, Deputado Raimundo Ribeiro e Deputado Rafael Prudente, que o governo cometeu um grave equívoco ao extinguir o Grupar. O Grupar foi uma iniciativa, na época do Governador Arruda, que tentou catalisar Ministério Público, os organismos de urbanismo, fiscalização, e focar na definição das categorias de condomínios ou de parcelamentos e loteamentos, que se confundem muito em Brasília. E aí houve uma paralisia desse processo de regularização fundiária, porque essa é uma pauta muito densa, diversificada, e há questões de natureza ambiental, dominial e a questão urbanística. Há uma série de questões que devem ser levadas em conta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Só o fato de terem acabado com o Grupar desarticulou um processo organizado, de foco nas regularizações de condomínio, e as áreas que não são condomínios, do ponto de vista de parcelamentos que foram feitos, são meramente loteamentos, ocupações sem o mínimo de regularidade. Nós estamos colhendo os frutos tomados no início do ano passado. Esse é um problema.

Dizer que a Agefis cumpre tomar como paradigma julho de 2014 não pode ser um único elemento. Há que se perguntar por que os órgãos responsáveis pelo alvará de construção, pelos que fiscalizam... Por que se espera uma construção ser consolidada para que venha a demolição, quando se vê a pessoa humilhada com o pouco recurso que foi economizado e investido? Isto é algo que temos de perguntar: por que a gente deixa para operar depois que o imóvel foi construído? Por que não se estabeleceu uma negociação com os detentores dessas glebas que foram adquiridas e que pretendem construir um *time*, um processo de construção para ser feito nesse *time*, de um certo estágio da regularização?

Então, não há definição, e a cidade tem que continuar vivendo, pois continuam nascendo crianças, famílias sendo formadas e lares sendo constituídos.

Nós, simplesmente, não podemos achar que a regularização é um ato unilateral de quem adquiriu aquela gleba: ele é bilateral. Essas compreensões é que o Estado tem de processar.

Agradeço a V.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro, e desculpe-me por ter sido um pouco prolixo.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Para concluir, Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a manifestação do Deputado Wasny de Roure, que, com certeza, empresta o brilho necessário à nossa manifestação aqui. Antes, não tinha brilho. Agora, com a inserção das palavras de V.Exa., Deputado Wasny de Roure, passa a ter esse brilho.

Eu gostaria de, ao encerrar, fazer uma saudação triste ao ver a necessidade das pessoas, dos moradores que estão aqui, tentando lutar pelos seus direitos subtraídos. Vocês, realmente, são muito bem-vindos a esta Casa! Gostaríamos que fosse em outra circunstância, mas, infelizmente, há a necessidade de que vocês lutem pelos seus direitos.

Quero finalizar dizendo ao governador o seguinte: Governador Rodrigo Rollemberg, tente resgatar a credibilidade da sua palavra. Foi a sua palavra que eu li. Esse discurso, foi V.Exa. que o fez quando era candidato. A única coisa que mantém um político vivo é exatamente a sua palavra, e ela está faltando nesse momento. Se posso aconselhar, digo a V.Exa.: procure resgatar a sua palavra, que, neste momento, está maculada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos. Primeiro eu quero me solidarizar com a palavra do Líder do nosso Bloco do PPS, Deputado Raimundo Ribeiro. Sempre muito sábio, fez as colocações que precisavam ser feitas nesta tarde.

Hoje é um dia muito complicado, esta Casa recebeu inúmeros pedidos de socorro nessa questão das derrubadas, e nós marcamos uma reunião amanhã com o Governador e todos os Deputados que quiserem participar. Eu só estou esperando, por parte da Liderança do Governo, o horário para termos uma conversa institucional sobre esses problemas que estão afetando o Distrito Federal como um todo. Então, eu quero falar que nós vamos fazer essa reunião amanhã.

Mas, Deputado Rafael Prudente, o que me trouxe à tribuna desta Casa, Deputado Raimundo Ribeiro, é um projeto de lei que eu protocolei e que eu acredito que interessa a toda população do Distrito Federal. Deputado Julio Cesar, quando o Distrito Federal foi criado, eles criaram as nossas malhas viárias, que deveriam ser as rodovias do DER, por decreto. Não houve uma lei específica que criasse as rodovias. E o que isso ocasionou ao Distrito Federal? Nós temos várias rodovias que têm competência de ser mantidas pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, mas tudo isso foi criado por um decreto. Eu trouxe inclusive o mapa, Deputado Rafael Prudente, para que V.Exa. e todos os Deputados possam ver: todas as áreas onde temos uma bolinha são rodovias no Distrito Federal.

Essa nova legislação que obriga o condutor a acender o farol cria praticamente uma obrigação dentro da cidade. Nenhuma outra capital do Brasil está sofrendo o que as pessoas que moram no Distrito Federal estão sofrendo. Nenhuma outra unidade da Federação teve uma avalanche de multas como o Distrito Federal tem sofrido nesses últimos dias. A última informação que nós obtivemos é que, desde o início da nova legislação até agora, foram 11 mil multas, e esta Casa tem que funcionar para resolver a vida das pessoas.

Eu estou protocolando um projeto de lei que retira todas essas malhas viárias que foram feitas por decreto – nem deveriam ter sido feitas por decreto. Há concorrência, a legislação é concorrente. Nós podemos fazer e legislar sobre isso. Então nós estamos retirando todas essas rodovias de dentro do Distrito Federal e deixando somente, Deputado Rafael Prudente, a EPIA – Estrada Parque Indústria e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Abastecimento e a DF-001, que realmente têm configuração de rodovias, para não continuarmos deixando o cidadão do Distrito Federal ser multado como está sendo. Você imagina, Deputado, o Lago Norte é rodovia, e eu acho que, para ser rodovia, tem que ter no mínimo um critério: ser rodovia verdadeiramente. A população do Distrito Federal não pode pagar o ônus de uma lei federal de maneira diferente dos outros estados. A preocupação de usar o farol é na estrada? É. Onde verdadeiramente há estrada dentro do Distrito Federal? Eu trouxe o mapa para V.Exas. verem.

À época, foi feito isso, Deputado Wasny de Roure, porque trazia um recurso a mais para o Distrito Federal, mas nós levantamos esses dados. Hoje, o que é repassado aos cofres públicos são 18 milhões de reais, mas o que corresponde a rodovias são só 2 milhões de reais por ano. Então, nós faríamos realmente uma nova legislação sem prejuízo nenhum a esses recursos que vêm do Governo Federal. Nós iríamos continuar recebendo 16 milhões de aporte, mas tiraríamos todas essas rodovias aqui de dentro do Distrito Federal. A população já não aguenta nem pagar suas contas, pior é realmente pagar algo que é, do ponto de vista legal e do ponto de vista da justiça, injusto. O Distrito Federal não pode pagar uma conta diferente dos outros estados. Então, eu gostaria de pedir ajuda de todos os Deputados, inclusive na tramitação disso; e, se for acordo dos Deputados aprovarmos rapidamente, até quebrar as comissões – porque as multas estão correndo – e aprovar isso no plenário.

A única coisa que o DER falou até agora é que é bom para a segurança, mas o que é bom para a segurança é educação de trânsito, é semáforo, é quebra mola, é outro tipo de instrumento que realmente dê segurança no trânsito, não uma fábrica de multas. Onze mil pessoas foram afetadas! Inclusive, Deputado Raimundo Ribeiro, nós também vamos entrar na Justiça pela nulidade dessas multas. Por quê? Porque essas rodovias não poderiam ter sido criadas por decreto. Assim, na minha concepção, ainda há uma nulidade das multas que foram aplicadas aos condutores do Distrito Federal. Inclusive, o que existia lá eram vias rurais. Na época do decreto, nem havia rodovias, tudo eram vias rurais que depois viraram rodovias, na concepção do decreto. Então, há um vácuo de legislação.

Quando eu fui protocolar, alguns colegas advogados que nos ajudaram a escrever o projeto achavam que tínhamos que tirar a Epia e a DF-001. Essa discussão eu posso trazer para vocês. Podemos melhorar o projeto porque nós deixamos no projeto a DF-001 e a Epia, mas, se for consenso, inclusive nós podemos colocar uma emenda para retirar até a Epia e a DF-001, porque, querendo ou não, a Epia e a DF-001 também passam dentro da cidade, elas têm muito mais características urbanas do que características de rodovia.

Então, essa é a minha fala. Gostaria de pedir o apoio de todos vocês. Nós já protocolamos o projeto de lei. Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de adicionar uma informação. O conceito de rodovia está no Código de Trânsito e não tem nada a ver com essa besteira que foi feita no decreto aqui.

V.Exa. citou o caso da via que facilita o acesso no Lago, eu vou além: o Eixo Rodoviário Sul. Quer dizer, o Eixo Rodoviário Sul é considerado rodovia, mas é considerado rodovia sabe por quem? Por quem está governando e querendo arrecadar dinheiro, porque isso afronta até a inteligência. O conceito legal existe, o governo poderia muito bem ter dado a interpretação correta, mas, com a interpretação correta, o governo ficaria sem essa fonte de renda e permaneceria a fonte de extorsão para os coitados dos motoristas do Distrito Federal.

Então, eu quero deixar claro que o conceito legal existe – está lá estabelecido no Código de Trânsito – e a rediscussão do Plano Rodoviário do Distrito Federal urge que seja feita porque, se nós não fizermos, vamos continuar vendo a população sendo extorquida como está sendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Dando prosseguimento aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, diante do que aconteceu hoje lá no Altiplano Leste e também recentemente em São Sebastião e por ser um Deputado da região, não poderia deixar de me manifestar nesta tarde sobre o que aconteceu.

Tenho dito aqui na tribuna que a AGEFIS – Agência de Fiscalização precisa agir de maneira preventiva, impedir que as casas sejam construídas. Não faz sentido, depois de consolidadas, ir lá derrubar, tenho falado isso o tempo todo. Ao mesmo tempo, tenho visto também que o governo, em algum momento, tem procurado ver o lado dos moradores quando há o compromisso de não construir mais, e as pessoas vão lá, constroem assim mesmo, devido à necessidade. Por trás disso, há também aquelas pessoas que querem tirar algum proveito pessoal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

No geral, quero deixar bem clara aqui a minha posição de que eu sou a favor da regularização fundiária não só das áreas rurais de São Sebastião e das áreas urbanas, como também do DF como um todo, porque, do contrário, as pessoas vão continuar vendendo de maneira irregular, o DF vai continuar crescendo de maneira irregular, e o governo, por sua vez, vai deixar de arrecadar com a regularização.

Então, o meu pedido nesta tarde ao Governador Rodrigo Rollemberg e também à Bruna Pinheiro é que pensem bem em relação à regularização, porque o Altiplano Leste é uma área, ao meu ver, que já está consolidada e que também precisa ser regularizada, assim como o Morro da Cruz, o Capão Comprido, o Núcleo Zumbi dos Palmares, o bairro Crixá. Todas essas áreas precisam ser regularizadas. E, quanto mais tempo o governo leva para entender que elas precisam ser regularizadas, mais as pessoas venderão nessa região e o governo continuará perdendo o controle. Essa é a minha observação nesta tarde, que precisa realmente ser analisada.

Estou solidário às famílias que tiveram suas casas derrubadas, os moradores como um todo. Realmente quero pedir mais uma vez ao governo que faça com que a Agefis trabalhe de maneira preventiva, não deixe as áreas serem consolidadas para depois ir lá demolir as casas. É muito triste isso.

Eu sei que há aquelas pessoas que têm direito, há aquelas pessoas que não têm direito. O governo precisa fazer a sua parte de controlar as ocupações irregulares, mas também é necessário que haja bom senso. É esse bom senso que eu estou pedindo neste momento ao Governador Rodrigo Rollemberg e à Bruna Pinheiro, da Agefis, e quero cobrar do Secretário de Habitação, o Thiago, celeridade no processo de regularização dessas áreas que hoje estão passando por essas dificuldades.

Essa é a minha observação daqui da tribuna da Câmara Legislativa. E quero deixar bem claro qual é a minha posição. Sou a favor da moradia, sou a favor do povo de Brasília, sou a favor de São Sebastião, sou a favor de quem realmente precisa de moradia, mas também não posso ser a favor de quem se utiliza das pessoas de boa-fé para poder ganhar dinheiro e deixar todo o problema para o governo, que depois tem que arcar com toda a infraestrutura de saneamento básico e obras em geral nessas comunidades.

Essa é a minha observação. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Lira.

Quero aproveitar a oportunidade e a presença do Líder do Governo aqui à Mesa para fazer algumas ponderações também.

Quero dizer, Deputado Julio Cesar, que eu recebi dezenas de ligações, hoje, de pessoas muito apreensivas com essas derrubadas. Derrubadas de sonhos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Deputado Wasny de Roure, que estão acontecendo aqui no Distrito Federal, especificamente no Minichácaras, no Estância Quintas das Alvorada e no Privê Morada Sul.

Quero dizer também que esta Casa, mais uma vez, Deputado Prof. Reginaldo Veras, foi desmoralizada. Há poucos meses nós recebemos a presidente da Agefis, que inclusive chorou aqui na presença de alguns Deputados quando nós questionamos algumas dessas derrubadas. E foi feito um compromisso, à época, de que o jogo ia ser um pouco mais aberto e de que, quando estivessem na iminência de fazer alguma derrubada, ela nos traria aqui os motivos. Qualquer coisa que acontece aqui no Distrito Federal, as pessoas vêm procurar os Deputados. Então, nada mais natural do que nós sabermos dos problemas antes de eles acontecerem, para ficarmos preparados para dar uma resposta à população. Mais uma vez, o acordo feito com o governo não foi cumprido.

Deputado Wasny de Roure, V.Exa., que tem muito mais experiência, sabe que aquela área é da Terracap. V.Exa. também sabe que nós estamos na iminência de começar a apreciação do PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial. O governo poderia abrir o diálogo com a sociedade, com esta Casa, e parar com essas derrubadas até que possamos fazer aqui um estudo para que esse problema seja resolvido no PDOT e a Terracap possa vender essas áreas. Assim, haveria uma maior arrecadação para o Distrito Federal, recurso que poderia ser colocado em áreas importantes que estão precisando.

Também quero fazer uma sugestão ao Governador, que tem um diálogo muito próximo com o Judiciário: que ele possa fazer uma visita ao presidente do Tribunal de Justiça e faça um pedido para acelerar o julgamento desses grileiros que estão todos soltos.

Fica aqui a sugestão, para acelerar a prisão desses bandidos. E que ele possa parar, Deputado Julio Cesar, de imediato, essas derrubadas, para que a gente possa, aqui nesta Casa, fazer o debate e tentar levar uma solução às pessoas do Distrito Federal.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar e desejar uma boa tarde a V.Exa. e aos nobres Deputados.

Eu acho que é importante ressaltar que nenhum de nós quer o que vem acontecendo, tanto lá no Altiplano, quanto em qualquer outro lugar. Isso não é algo que nos deixa felizes. São pessoas, são famílias que moram nesses locais e que ali construíram, ali constituíram as suas famílias. Mas é importante ressaltar também que há uma ação judicial, que teve alguns recursos, e uma dessas decisões impõe ao Estado uma multa de quase 1 milhão – ao responsável, se não tomar uma atitude.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Eu sempre acho que o acordo é melhor para todos os lados. É por isso que nesta tarde, logo que tomamos ciência disso, e até a pedido de vários Deputados, entramos em contato com o Governador para tentar buscar uma saída para essa situação.

Nós verificamos que o Altiplano não está no PDOT, por exemplo. Ele não está incluído. É muito importante ressaltar isso, porque houve um Deputado que disse que ele estava no PDOT. Lá é 100% do GDF. Então, existem algumas situações que nós precisamos vencer.

Hoje nós também temos de chamar o Judiciário, porque quem manda desocupar não é o governo. É o Judiciário que manda, através de uma decisão, o pedido para que a população saia. Nós entendemos que não é o melhor caminho. Por isso nós estamos tentando algo. A Deputada Telma Rufino foi uma das que solicitaram esse encontro, assim como o Deputado Lira e o Deputado Rafael Prudente.

O Governador já sinalizou algo, mas antes ele fez uma consulta à procuradoria para buscar o meio jurídico para que a nossa reunião, seja ela amanhã, ou quinta-feira, seja bem produtiva. Então, Deputado Rafael Prudente, Presidente desta sessão, nós estamos imbuídos justamente de tentar buscar uma solução que contemple todos os lados.

Quero aproveitar também a oportunidade e dizer que, nesta tarde, nós recebemos a visita do Secretário de Saúde, Humberto Fonseca, que veio nos relatar a situação que a saúde do Distrito Federal vem passando.

Para o senhor ter uma ideia, Presidente, no Orçamento de 2016, veio para ser aprovado, inclusive pela nossa comissão, o valor de quase 9 bilhões para a saúde, mas, na hora, acabou sendo aprovado só 6,5 bilhões mais ou menos. Esse valor praticamente já foi consumido. Isso fez com que o secretário viesse aqui hoje pedir a nós, Deputados, que o excesso das nossas emendas... Porque, desde o início do ano, foi combinado que os Deputados teriam a execução em torno de 6 milhões para colocar nas obras que eles achassem necessárias. O restante, está-se pedindo que seja colocado na saúde, para o custeio.

A gente vê hoje a necessidade que existe na saúde. Está faltando remédio, a gente vai ter problemas para pagar funcionários, para pagar serviços de limpeza e serviços de vigilância, e essas emendas, esse excesso... É bem verdade que alguns Deputados... Parece que V.Exa. é um dos Deputados que já ajudaram a saúde disponibilizando, juntamente com o Deputado Prof. Reginaldo Veras e Deputado Wasny de Roure... V.Exas. já fizeram um aporte no Hospital de Base, na Oncologia, só que nós precisamos de mais valores. Então, fica aqui o pedido.

Particularmente, eu – não só eu – e todo o nosso bloco já nos colocamos à disposição para ajudar a saúde, porque nós entendemos que precisamos sim ajudar a saúde do Distrito Federal. Nosso bloco já se disponibilizou. Eu mesmo já dei o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

comando para minha assessoria acertar juntamente com o pessoal da saúde quais são os locais em que a gente deve fazer o remanejamento.

Aqui fica o pedido para que todos os Deputados possam realmente ajudar. Neste momento em que a saúde passa por essa situação, toda ajuda será bem-vinda. É bem verdade que alguns Deputados fizeram alguns questionamentos, como, por exemplo, o valor das emendas do ano passado: onde foram executadas, de que maneira. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal já se comprometeu a trazer o valor durante essa semana.

A nossa intenção é que, na próxima terça-feira, na nossa comissão, possamos aprovar o crédito que tem na Casa. Os Deputados que já puderem fazer as suas emendas, que as façam, porque realmente é uma questão humanitária. Não podemos deixar a saúde chegar onde chegou.

Então, esse é o meu pedido. Vamos ajudar a saúde. Tenho certeza de que esta Casa, mais uma vez, vai dar um passo muito importante para ajudar o Distrito Federal. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Julio Cesar. Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer aqui um rápido registro sobre a necessidade da retomada da aplicação do decreto que possibilita os bombeiros e policiais militares que estão *sub judice* a terem os seus processos iniciados com as revisões dos seus respectivos exames, para tentarem ser reabilitados a se incorporarem a esses segmentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

A demora que já transcorreu só no Governo Rollemberg – diga-se de passagem, mais de um ano e meio – provocou o desligamento de vários policiais mesmo com a petição de alguns desembargadores para que o decreto viesse a ser analisado pela Comissão Especial do Tribunal de Justiça sobre a constitucionalidade. Isso é agora matéria vencida.

Houve um reconhecimento pelo tribunal de que o decreto é passível de ser aplicado. Não foi arguida a inconstitucionalidade do decreto, nem o fórum adequado para analisar sob essa ótica conferiu a ele esse título.

Portanto eu quero fazer um apelo ao Coronel Nunes, ao Coronel Hamilton e também ao Chefe da Casa Militar do Distrito Federal para que se apressem e deem desdobramento, porque o ônus vai ficar sobre eles e o Governador. Essa matéria já foi tratada no gabinete do Governador. Como são aproximadamente oitocentos policiais – alguns continuam sendo desligados, continuam sendo desligados –, conseqüentemente há prejuízo para algumas centenas de famílias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Quero desta tribuna fazer um apelo. Na próxima semana, vamos ter uma reunião com a Dra. Paola na Procuradoria para que a própria Procuradoria também cobre dos agentes públicos, no âmbito do Governo do Distrito Federal, a implementação desse decreto. Não falta mais fórum, não falta mais fórum para arguir a não aplicação desse decreto. Portanto, o ônus hoje é do governo, o ônus hoje é das corporações! A sociedade vai cobrar isso, vai cobrar essa morosidade. Estamos há mais de um ano e meio sem aplicação do decreto que viabiliza a repetição dos exames para efetivação desses quadros no âmbito do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar.

Quero ainda, Sr. Presidente, trazer aqui outro assunto – hoje fui abordado por alguns servidores da Defensoria Pública – que é o reconhecimento do trabalho da Defensoria Pública. É importante situar a Defensoria Pública, e já trouxe a este microfone esse tema, que normalmente trata muito de casos individuais, seja em matéria de saúde, seja em matéria de previdência, seja em matérias penais. Há um espaço de debate na Defensoria Pública, que é extremamente rico – Deputado Rafael e Deputado Julio, Deputados que estão iniciando as carreiras na vida pública em Brasília –, auspicioso e enriquecedor, que é trazer a Defensoria Pública para o debate de matérias coletivas.

Nós tivemos recentemente tratativas que levaram a Defensoria Pública a formular uma peça para advogar junto ao Governo do Distrito Federal, o reconhecimento de quatorze famílias que residem no Condomínio Nova Vitória, que fica ali na cidade de Samambaia. Deputado Julio, é muito interessante essa vitória porque a Defensoria Pública fez a defesa da legitimidade da permanência dessas famílias que moram lá há anos e anos. Foi feito um contrato de concessão real de uso desse terreno ao empresário, não me vem à mente nem o nome dele nem o nome da empresa dele, no Governo do Prof. Cristovam Buarque. Esse empresário, em vez de construir o empreendimento imobiliário previsto, construiu quatorze casas geminadas, formando um tipo de vila ao modelo espanhol e português, modelo de vila em que moram quatorze famílias. As casas são geminadas e há um espaço central vazio para ser partilhado com todas as famílias em eventos, para servir de estacionamento, etc.

Ora, a Defensoria Pública construiu uma peça mostrando a boa-fé da população que comprou esses imóveis e não sabia da relação contratual existente entre esse empresário e a Terracap. Então, a Defensoria Pública peticionou ao Governo do Distrito Federal, às autoridades, mais especificamente à CODHAB – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, e à SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação.

Sr. Presidente, é extremamente importante essa experiência que estamos vivendo. Não se trata apenas da ação do Deputado, a ação dele se juntou à da Defensoria Pública e quem fez a defesa de caráter essencialmente jurídico para convencer os órgãos do governo, tanto os órgãos de controle quanto os órgãos que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

aplicam as políticas habitacionais no Distrito Federal. Agora saiu uma decisão da Codhab solicitando que a Terracap transfira essa unidade imobiliária, pois já havia uma decisão de reintegração de posse – é importante destacar isso, está aqui o nosso Deputado Chico Leite, que é uma pessoa letrada na área jurídica, todos nós nos referenciamos muito em S.Exa. Essa peça construída pela Defensoria Pública que logrou êxito e que já levou a Codhab a solicitar que a Terracap suspenda, Deputado Prof. Reginaldo Veras, a reintegração de posse para o Governo do Distrito Federal é uma unidade imobiliária que poderia render alguns milhões para a Terracap, e agora está sendo proposta a efetivação da regularização dessas 14 famílias. É um fato importante, eu diria um tanto quanto inédito, é uma riqueza, é uma peça jurídica, porque não é apenas uma petição política, um Deputado que está querendo abrir espaço na política, até porque esse tema eu tenho tratado desde o governo do Agnelo Queiroz, porque o ganho na forma da ação judicial de reintegração de posse a Terracap já conseguiu. Ela pediu que o juiz aguardasse para que o quadro social pudesse ser considerado.

Portanto, é um exemplo que eu quero aqui deixar para os colegas, para que a gente possa trilhar esse novo caminho; não vou dizer novo caminho, mas esse caminho que pode ser mais explorado principalmente quando há uma razão social extremamente forte.

Sr. Presidente, eu agradeço esta oportunidade e quero responder ao Deputado Julio Cesar que estaremos, sim, contribuindo com a saúde. O que nós fizemos na visita do Sr. Secretário da Saúde, Deputado Julio Cesar, foi pedir para ele dar um relatório para o esforço que foi feito no ano passado e já neste ano de remanejamento de recursos da saúde para fortalecer aquela unidade.

O que tivermos realmente em condições de ajudar, nós estaremos prontos a fazer, porque são variáveis da maior importância, da maior relevância que precisam ser supridas orçamentariamente. Contem conosco, como também contarão aqui na CPI.

Eu encerro a minha palavra nesta tarde de hoje deplorando a ausência ontem do Vice-Governador na Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi uma perda para Brasília, uma perda que S.Exa. mesmo provocou, porque se S.Exa. não tivesse reconhecido a declaração que deu numa conversa reservada que foi gravada, e que depois S.Exa. foi dizer que não era verdade, S.Exa. não precisaria ter a oitiva de acareação. Infelizmente tivemos aqui que aprovar, com um número muito pequeno de Deputados, mas foi aprovada a acareação. Infelizmente, o Vice-Governador não veio e fez aqui uma encenação de ações que entendia ser pertinente, que relatava o compromisso dele com a coisa pública, mas, na hora H de demonstrar seu compromisso, utilizou-se do recurso da Lei Orgânica que lhe permite ser apenas convidado e não convocado. Lamentável que isso tenha ocorrido, e temos perdido da boca dele as afirmações que ajudem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 08 2016	16h55min	65ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

aprofundar nas investigações. Mas vamos chegar lá. Já há fortes indícios, e a coisa tende a se aprofundar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Convido o Deputado Julio Cesar a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Esta Presidência informa aos Parlamentares presentes que a sessão de amanhã será realizada neste plenário. Não haverá o Câmara em Movimento, conforme havia sido agendado, por falta de aprovação do requerimento.

Nada mais havendo tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h26min.)